

VII Encontro de Filosofia na Pós-Graduação da UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

10/11/25 a 14/11/25

CADERNO DE RESUMOS

LOCAL: ANFITEATRO DCH

INSCRIÇÕES: SIG



PPGFIL - DCH - FAELCH
COORDENACAOPPGFIL@UFLA.BR

VII Encontro de Filosofia na Pós-Graduação da UFLA

10/11/25 a 14/11/25

Caderno de resumos

Sumário

Alanys Valença Martins Orozimbo (UFLA).....	3
Ana Gabriela Vilhena de Mello Santos (USP).....	4
Camila Teodoro de Lima e Silva (UFLA).....	5
Dionísio Fernando Gongolo (UFLA).....	6
Ferdinando de Paula Martins (UFLA).....	8
Giovanna Carvalho de Almeida Avelar (UFLA).....	9
Heidi Mara Ribeiro Oliveira (UFLA).....	10-11
Heitor Soares Sanglard (UFLA).....	12
Iago Nunes Cipriani (UFLA).....	13-14
João Pedro Pompeu Teodoro (UFLA).....	15
Jonas Reis (UFMG).....	16-17
José Francisco da Silva Neto (UFLA).....	18
Júlio Rielle Domingues Oliveira (UFLA).....	19
Lívia Salgado (UFSCAR).....	20
Luana Silva Paulo (UFLA).....	22-22
Lucas Henrique de Figueiredo (UFLA).....	23-24
Manoela Apolinário Barbosa (UFLA).....	25

Marinês Barbosa de Oliveira (CEFET-MG/UFABC).....	26-27
Mônica Aparecida Vieira de Paula (UFLA).....	28-29

A CIÊNCIA E A ARTE NOS TRÓPICOS DA VIRTUDE: ROUSSEAU E A CORRUPÇÃO DOS TRAJES

Alanys Valença Martins Orozimbo (UFLA)

Este artigo examina a crítica de Jean-Jacques Rousseau ao progresso das ciências e das artes, apresentada em seu Discurso sobre as Ciências e as Artes (1750). Rousseau desafia a visão otimista do Iluminismo, defendida por autores como Voltaire e Diderot, segundo a qual o avanço intelectual conduziria automaticamente à virtude e à justiça social. Para Rousseau, as conquistas científicas e artísticas, muitas vezes apropriadas por elites, reforçam desigualdades, promovem a vaidade e afastam o indivíduo de sua natureza essencial. O texto destaca sua oposição entre “ser” e “parecer”, evidenciando como a sociedade moderna valoriza a aparência em detrimento da autenticidade moral. A análise argumenta que, embora Rousseau não rejeite o conhecimento, ele alerta para os riscos éticos de sua instrumentalização, mostrando que o progresso intelectual pode servir à dominação e à alienação social. Além disso, o estudo discute a atualidade de sua crítica, considerando a influência das tecnologias digitais e das redes sociais na intensificação da busca por prestígio e na construção de identidades pautadas na aparência. Conclui-se que Rousseau propõe um debate sobre a orientação ética do conhecimento, afirmando que o verdadeiro progresso deve estar vinculado à virtude, à justiça social e à autenticidade nas relações humanas, e não apenas ao desenvolvimento intelectual ou ao poder simbólico das elites.

Palavras-chave: Rousseau; progresso; ciências e artes; moralidade; desigualdade.

Orientador: Marcelo Sevaybricker Moreira

Área de pesquisa: Filosofia histórica

A NOÇÃO ARISTOTÉLICA DE OUSIA

Ana Gabriela Vilhena de Mello Santos (USP)

Este trabalho investiga a noção de substância (οὐσία) em Aristóteles, com ênfase no tratado das Categorias. O objetivo central é examinar como a noção de ídion permite pensar a presença da matéria nesse tratado, ainda que os termos “matéria” e “forma” não sejam nele empregados. A análise busca mostrar que, a partir do ídion, é possível identificar uma ressonância entre as Categorias e a Metafísica Z, onde Aristóteles retoma a discussão sobre a matéria no âmbito da constituição da substância sensível. Nas Categorias, a substância é inicialmente identificada com os particulares concretos (Cat. 5, 2b11-14). Contudo, a introdução do ídion revela que a substância não se limita à mera singularidade empírica, mas apresenta traços que ressoam na posterior investigação da Metafísica. Nesse contexto, o estudo procura evidenciar como certas formulações sobre a substância, ainda que situadas em tratados distintos, guardam uma correspondência que aponta para dificuldades conceituais internas à ontologia aristotélica. Além dessa investigação, a pesquisa também se dedica, num segundo momento, ao exame da substancialidade da substância na Metafísica, problema que ocupa lugar central no pensamento de Aristóteles e que envolve a análise das condições pelas quais a substância pode ser considerada o ser em sentido próprio. Esse segundo eixo busca mostrar como a noção de ousia, ao mesmo tempo que se afirma como centro da filosofia aristotélica, permanece envolta em tensões conceituais fundamentais.

Dessa maneira, este trabalho contribui para compreender de que modo a substância, abordada nas Categorias e na Metafísica, constitui um ponto central para a reflexão sobre a ontologia aristotélica.

Palavras-chave: Substância; matéria; Categorias; Metafísica.

Orientador: Marco Antônio de Ávila Zingano

Área de pesquisa: Filosofia antiga

POLÍTICAS APOROFÓBICAS CONTRA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO: UM PRODUTO DA NOVA RAZÃO DO MUNDO?

Camila Teodoro de Lima e Silva (UFLA)

Na obra *A Nova Razão do Mundo*, os filósofos Pierre Dardot e Christian Laval abordam o pensamento foucaultiano segundo o qual o capitalismo contemporâneo ultrapassou as esferas econômicas, invadindo a subjetividade do sujeito, de modo que a racionalidade neoliberal e a governamentalidade transformam a construção do sujeito em “empreendedor de si” e reconfiguram a cidadania e os direitos sociais. À vista disso, este trabalho busca compreender como o neoliberalismo molda e legitima práticas e políticas públicas que expressam uma política aporofóbica contra pessoas em situação de rua no Brasil contemporâneo. Em que medida a “nova razão do mundo” desloca a questão da pobreza da esfera coletiva, dos direitos sociais, para a esfera individual, marcada pela responsabilização moral e punitiva, contribuindo para a estigmatização e criminalização dessa população? Acredita-se, preliminarmente, que a racionalidade neoliberal, ao transformar o indivíduo em empreendedor de si e redefinir a cidadania em termos de responsabilidade individual, sustenta uma lógica de exclusão que não apenas ignora, mas também rejeita ativamente a presença das pessoas em situação de rua. Esse processo se traduz em políticas aporofóbicas: medidas estatais e práticas sociais que tratam os pobres como “resíduos urbanos”, legitimando ações de higienização, criminalização e invisibilização. Assim, o objetivo geral será analisar, com base em Dardot e Laval, como a racionalidade neoliberal estrutura a política aporofóbica contra pessoas em situação de rua no Brasil.

Palavra-chave: Aporofobia; neoliberalismo; pessoas em situação de rua

Orientador: Thiago Simim

Área de Pesquisa: Filosofia contemporânea

DA CONCEPÇÃO DA IMAGINAÇÃO E DO SUBLIME: SUAS IMPLICAÇÕES NA FILOSOFIA ESTÉTICA E SUBJETIVIDADE EM KANT

Dionísio Fernando Gongolo (UFLA)

O artigo examina a concepção kantiana da imaginação e do sublime, destacando suas implicações para a estética e para a constituição da subjetividade. O objetivo é analisar o papel da imaginação na Crítica da Faculdade do Juízo, investigando como Kant diferencia o sublime do belo e como articula a tensão entre razão e sensibilidade. O problema norteador da investigação é: Qual é a função da imaginação na experiência do sublime e de que modo, esta contribui para elucidar a relação entre razão e sensibilidade? A experiência estética, em Kant, não se limita à contemplação harmônica do belo, vinculada ao livre jogo entre imaginação e entendimento. Em Kant, o belo exprime a harmonia entre imaginação e entendimento, proporcionando o prazer desinteressado e universalizável, assim sendo, o sublime evidencia os limites da imaginação diante das ideias da razão. Pois, o sublime constitui uma categoria que desafia as capacidades da imaginação ao confrontá-la com ideias da razão. Na medida em que, o sublime envolve uma experiência paradoxal, marcada pela combinação de angústia e admiração diante do ilimitado. Nessa dinâmica, a imaginação desempenha um papel central como faculdade mediadora, revelando tanto os limites da sensibilidade quanto a abertura para o suprassensível. O artigo desenvolve-se em três eixos principais: (i) a análise da concepção kantiana de estética, beleza e sublime; (ii) a reflexão sobre a função da imaginação e do entendimento na experiência estética; e (iii) a relação entre arte, gênio e liberdade criadora. A abordagem é bibliográfica e hermenêutica, centrada na leitura crítica da Crítica da Faculdade do Juízo (2026) e em comentadores contemporâneos. O estudo contribui de modo a se compreender a experiência estética e sua relevância não apenas para a filosofia, mas também para a psicologia, a literatura e as artes.

Palavras-chave: Imaginação; razão; belo; sublime; sensibilidade

Orientador: Alexandre Filordi

Área de pesquisa: Filosofia contemporânea, filosofia e estética

DA DÚVIDA À VERDADE: A REFUTAÇÃO DO CETICISMO POR AGOSTINHO DE HIPONA EM CONTRA OS ACADÊMICOS

Ferdinando de Paula Martins (UFLA)

Agostinho de Hipona (354–430 d.C.), em meio a suas incertezas, foi influenciado por diferentes correntes filosóficas. Essas experiências, entretanto, tornaram-se fundamentais para sua investigação, pois a refutação de muitos de seus conceitos serviu de base para a formulação de sua teoria do conhecimento. Nesse percurso, destaca-se a obra *Contra os Acadêmicos*, escrita em forma de diálogo, na qual Agostinho não apenas apresenta uma crítica mais madura e consistente em comparação com seus escritos anteriores, mas também utiliza o método dialógico como instrumento de investigação em sua busca pela verdade. No âmbito dessa busca pela verdade e pela sabedoria, ganha relevância sua refutação às teses dos filósofos céticos da Nova Academia, que defendiam a impossibilidade de alcançar o conhecimento verdadeiro. A análise do texto agostiniano mostra que sua crítica ao ceticismo se concentrou em dois conceitos centrais: a verossimilhança e o probabilismo, os quais revelam a necessidade de não se admitir algo como existente sem o devido assentimento racional. Contudo, observa-se que o objetivo dos céticos, ao recorrer a esses conceitos, não era propriamente negar a existência da verdade ou da sabedoria, mas resguardar os verdadeiros ensinamentos de Platão. Assim, em *Contra os Acadêmicos*, Agostinho manifesta seu ideal filosófico: a aspiração à sabedoria e a inseparabilidade da busca pela verdade, que se realiza plenamente na vida feliz do indivíduo. Além disso, a crítica ao ceticismo abre espaço para a formulação de uma concepção positiva de conhecimento, fundamentada na certeza interior e no acesso à verdade imutável, noção que, mais tarde, será aprofundada em sua filosofia cristã por meio da doutrina da iluminação divina.

Palavras-chave: Ceticismo; verdade; sabedoria; Agostinho; vida feliz

Orientadora: Meline Costa Sousa

Área de pesquisa: História da filosofia

LEITURA SITUADA DA CONVERSÃO DE SANTO AGOSTINHO

Giovanna Carvalho de Almeida Avelar (UFLA)

Este artigo propõe uma leitura situada da conversão de Santo Agostinho a partir da teoria dos arranjos afetivos, desenvolvida por Slaby, Mühlhoff e Wüschner (2019). Partindo do célebre episódio narrado no Livro VIII das Confissões, argumenta-se que a experiência da conversão, marcada por angústia, choro, escuta e leitura, não pode ser plenamente compreendida como um simples ato interno da vontade. Em vez disso, ela se configura como um acontecimento afetivo-situado, isto é, como uma transformação espiritual enraizada em um campo relacional denso, composto por elementos espaciais, corporais, simbólicos e sonoros que constituem um arranjo afetivo específico. Nesse enquadramento, a emoção é concebida como um fenômeno distribuído, performativo e intersubjetivo, que emerge da interação entre agentes, objetos, práticas e atmosferas. O jardim da conversão, assim, não é apenas um cenário passivo, mas um dispositivo afetivo ativo que modula a disposição do sujeito à graça. A partir dessa leitura, busca-se reconceituar a interioridade agostiniana não como uma esfera isolada ou puramente introspectiva, mas como uma instância atravessada por vínculos afetivos e pela presença concreta do mundo vivido. A abordagem aqui adotada oferece uma contribuição original à filosofia da religião e à filosofia das emoções, ao mostrar como a fé cristã pode ser pensada não apenas como assentimento cognitivo ou disposição moral, mas como uma abertura sensível e incorporada à ação divina. Ao interpretar a conversão de Agostinho como fenômeno enraizado em uma ecologia afetiva, o artigo propõe uma nova compreensão da relação entre o mundo interior, o corpo vivido e a ação da graça divina.

Palavras-chave: Santo Agostinho; conversão; emoção; arranjos afetivos; fenomenologia; filosofia da religião.

Orientador: Arthur Klik de Lima

Área de pesquisa: Filosofia antiga

CRISE DO CUIDADO DENTRO DA REPRODUÇÃO SOCIAL: UM CONCEITO EM NANCY FRASER

Heidi Mara Ribeiro Oliveira (UFLA)

Este artigo tem o objetivo de compreender de que maneira o cuidado, visto como uma dimensão da reprodução social, é teorizado pela filósofa Nancy Fraser, e como a autora transforma a questão do cuidado em um ponto estratégico de uma crítica ao capitalismo contemporâneo. Este artigo tem como foco a evolução do conceito de “crise do cuidado” na obra da autora, em três momentos distintos: os artigos publicados entre 2016 e 2016; o livro “Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica” (2018) e a obra “Capitalismo canibal” (2022). Nos textos de 2016 e 2017, Fraser caracteriza a crise do cuidado como sendo uma expressão das contradições socio-reprodutivas do capitalismo. Uma vez que a reprodução social, geralmente associada ao trabalho não remunerado das mulheres, é indispensável para a manutenção da vida e para a acumulação de capital. Ao negligenciar essa esfera, o capitalismo gera desequilíbrios estruturais entre a produção econômica e reprodução social, minando suas próprias condições de sustentabilidade. Já nas produções de 2018 e 2022, a autora insere a crise do cuidado em uma crise de âmbito mais geral do capitalismo, que é agravada pelo neoliberalismo e pelas desigualdades de gênero, raça e classe. E, com a metáfora do canibalismo, a autora entende como o sistema devora suas próprias bases, que, em sua visão, correspondem ao cuidado, à natureza e à democracia. E esse processo foi intensificado pela pandemia da COVID-19, que deixou clara a fragilidade das redes sociais de apoio e a “calamidade do cuidado”. A crise do cuidado é parte de uma crise maior, multidimensional e estrutural do capitalismo. A sua superação requer não apenas a valorização do cuidado, mas, acima de tudo, uma transformação social profunda e que seja capaz de associar de forma justa e sustentável as dimensões da produção e da reprodução.

Palavras-chave: Nancy Fraser; crise do cuidado; reprodução social; capitalismo; teoria crítica.

Orientador: Luiz Roberto Takayama
Área de pesquisa: Teoria crítica

ENTRE O CORPO E O PSÍQUICO: O DESAMPARO COMO CONDIÇÃO DA CULTURA

Heitor Soares Sanglard (UFLA)

A presente pesquisa tem por escopo investigar o conceito de desamparo (Hilflosigkeit) na obra de Sigmund Freud. O objetivo geral é sustentar que o desamparo constitui um conceito limítrofe entre o psíquico e o somático, cuja elaboração se expande progressivamente na teoria freudiana: de um estado originário do infans à necessidade de relações sociais e, por conseguinte, da cultura. O percurso proposto se organiza em três eixos: (1) a emergência do desamparo nas obras pré-psicanalíticas, especialmente no Projeto para uma Psicologia Científica (1895); (2) sua articulação com a angústia, com os vínculos sociais e as relações de objeto, em especial em Inibição, sintoma e angústia (1926); e (3) a centralidade de tal conceito na teoria freudiana da cultura, nas obras O futuro de uma ilusão (1927) e O mal-estar na civilização (1930). A hipótese levantada é a de que o desamparo aparece na obra de Freud como um conceito crescente, nunca perdendo seu caráter de conceito limítrofe entre o psíquico e o somático, partindo de um âmbito individual, passando pelas relações sociais e dirigindo-se ao cultural como resposta à condição humana de insuficiência. Pretende-se sustentar que o desamparo, longe de ser apenas uma noção descritiva, mantém-se como operador metapsicológico essencial, capaz de articular as dimensões individual, social e cultural na psicanálise freudiana.

Palavras-chave: Desamparo; psicanálise; cultura.

Orientadora: Léa Carneiro Silveira

Área de pesquisa: Teoria crítica e psicanálise

A EXISTÊNCIA DE DEUS E O LIVRE-ARBÍTRIO NA FILOSOFIA AGOSTINIANA

Iago Nunes Cipriani (UFLA)

A investigação sobre o problema do mal ocupa lugar central no pensamento de Agostinho de Hipona, cuja formulação tornou-se decisiva para a tradição cristã ocidental. Entre o declínio da filosofia pagã e a consolidação do cristianismo, Agostinho dialogou com correntes como o estoicismo, o maniqueísmo e o neoplatonismo, mas encontrou na fé católica e na razão filosófica os fundamentos para sua síntese. Em *De libero arbitrio voluntatis*, obra dividida em três livros, o filósofo examina a liberdade da vontade como base da responsabilidade moral, abordando a origem do mal, a justiça, o livre-arbítrio e a existência de Deus. O Livro II revela-se crucial, pois concentra os argumentos racionais sobre a prova da existência de Deus e sobre a natureza do livre-arbítrio. Agostinho sustenta que a liberdade é um bem concedido por Deus, ainda que possa ser mal utilizada, e a vincula à ordem justa do cosmos. A relação dialética entre fé e razão emerge como princípio metodológico: a fé impulsiona a razão na busca pelo conhecimento, enquanto a razão confirma e aprofunda o conteúdo da fé. Nesse sentido, a célebre máxima “*Nisi credideritis, non intelligetis*” (Is 7,9) estrutura a epistemologia agostiniana, segundo a qual crer é condição para compreender. O percurso filosófico conduz Agostinho à formulação do princípio de subordinação, segundo o qual o superior age sobre o inferior, de modo que a Verdade divina ilumina a razão humana. Essa hierarquia culmina na noção de unidade e nos números como realidades imutáveis e universais, reflexo da eternidade divina. Assim, o problema do mal não se reduz a sua origem, mas integra uma reflexão abrangente sobre liberdade, justiça e Verdade. A obra de Agostinho, portanto, articula fé e razão em uma síntese que permanece fundamental para a filosofia e a teologia, ao propor uma resposta racional e espiritual à questão do mal.

Palavras-chave: Fé e razão; responsabilidade moral; existência de Deus; filosofia cristã.

Orientador: Arthur Klik de Lima
Área de pesquisa: Filosofia medieval

MARCUSE E A TENTATIVA DA UTOPIA PELAS VIAS DE FREUD E MARX

João Pedro Pompeu Teodoro (UFLA)

Marcuse publica em 1955 “Eros e Civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud”, no auge da prática política do Macarthismo nos Estados Unidos, em que a obra fez oposição às condições desse período, que protagonizou ataques a qualquer modo de pensamento radical (de ruptura à sociedade vigente). O livro então se propôs como uma tentativa de união entre a psicanálise desenvolvida por Freud e o arcabouço teórico desenvolvido por Marx. A psicanálise permite investigar as pulsões que fazem parte do indivíduo, juntamente aos modos em que elas transbordam para a sociedade. Já a teoria marxiana se dedica a investigar o capitalismo como modo de produção e a transformação da sociedade pela superação desse modo de produção. Com isso, o livro de Marcuse desenvolveu a perspectiva de uma civilização livre e que rompesse com as amarras repressivas instituídas pela sociedade industrial avançada. No capítulo 7 da obra, “Fantasia e Utopia”, Marcuse trabalha o potencial crítico da imaginação, da “[...] sua recusa de esquecer o que pode ser [...]” (2023, p. 114, tradução nossa), o que se conecta diretamente à noção de utopia com a qual o filósofo trabalha. Esta noção se configura como campo de possibilidades que deseja e projeta transformações sociais antagônicas à sociedade vigente, que é a “sociedade industrial avançada” para o filósofo. Aqui a possibilidade de ruptura parte das próprias condições técnicas alcançadas até então, tendo como objetivo a formação de um novo modo de sociedade que não mais recorra às características repressivas da sociedade capitalista existente, as quais perpetuam a dominação e a violência.

Palavras-chave: Marcuse; utopia; psicanálise; imaginação; capitalismo

Orientador: Federico Orsini

Área de pesquisa: Teoria crítica

O CONCEITO DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: É POSSÍVEL ESTABELEECER UMA DEFINIÇÃO COM PERSPECTIVA ONTOLÓGICA?

Jonas Reis (UFMG)

A Ciência da Informação (CI) é uma ciência recente quando comparada à Física ou à Biologia. Foi influenciada não apenas por alguns paradigmas epistemológicos (e.g. racionalismo crítico, construtivismo), mas também marcada, e profundamente, pelos paradigmas físico, cognitivo/biológico e social. A CI é um campo de estudo dinâmico e intrinsecamente interdisciplinar, cujo objeto central—a informação—é notoriamente elusivo e multifacetado. Este trabalho propõe uma reflexão filosófica sobre os aspectos ontológicos e metafísicos que sustentam a CI, partindo do pressuposto que a delimitação do campo depende fundamentalmente de como se define a natureza da própria informação. A tese central é que a resposta à pergunta "O que é a CI?" está diretamente condicionada pela resposta a uma pergunta mais primordial: "O que é a informação?". Essa pergunta só é possível porque a CI possui fenômenos complexos, dinâmicos, que são inerentes ao conhecimento científico e filosófico. Ademais, a análise presente neste trabalho percorre diferentes perspectivas do conceito de informação e seus principais autores, focando especialmente em perspectivas ontológicas. A solidez da CI reside justamente em sua capacidade de questionar a própria natureza de seu objeto. Por fim, constituem trabalhos futuros a investigação da ontologia de informações não-humanas (e.g. inteligência artificial) ou a exploração das implicações metafísicas da informação na física, uma questão desafiante para os estudos posteriores de CI (e.g. informação quântica).

Palavras-chave: Ciência da Informação; ontologia aplicada; interdisciplinaridade; definição de informação; ontologia da informação.

Orientador: Maurício Barcellos Almeida

Área de Pesquisa: Ontologia, Representação da Informação, Epistemologia da Ciência da Informação

JUSTIÇA AGRÁRIA E RENDA BÁSICA: A PROPOSTA DE THOMAS PAINE PARA A QUESTÃO DA POBREZA

José Francisco da Silva Neto (UFLA)

A reforma protestante fez substituir, no mundo ocidental, a ética paternalista cristã, relacionada ao dever de cuidado com o mais pobre, pelo individualismo, baseado no mérito. Neste contexto, criou-se a figura do pobre merecedor de caridade, notadamente distinta daqueles que deveriam ser relegados à própria sorte. No panfleto *Justiça Agrária*, Thomas Paine rompe com o pensamento vigente, propondo que a renda fosse considerada um direito fundamental e não caridade. Seu plano consistia na criação de um fundo, a partir da instituição de um imposto causa mortis, capaz de proporcionar, a todo homem que completasse 21 anos de idade, um pagamento no valor de 15 libras esterlinas. Além disso, a partir dos 50 anos de idade todos os homens teriam direito a uma renda anual de 10 libras esterlinas. Objetiva-se, assim, compreender de que maneira a proposta de Paine fomentou a discussão acerca do reconhecimento da renda como direito. Este trabalho adotou a abordagem indutiva e, como método, a pesquisa à documentação indireta, nomeadamente a bibliográfica. O plano desenvolvido em *Justiça Agrária* é tão inovador a ponto de Van Parijs, considerado o principal pesquisador da renda básica na contemporaneidade, considerar todas as propostas posteriores, de Russel à Friedman, como versões atualizadas e sofisticadas do projeto paineano.

Palavras-chave: Pobreza; renda básica; caridade; justiça social; direito à renda

Orientador: Alessandro Pinzani

Área de pesquisa: História da Filosofia

A CARACTERIZAÇÃO DO PRIMEIRO EXISTENTE POR AL-FARABI

Júlio Rielle Domingues Oliveira (UFLA)

O objetivo aqui é analisar como Al-Farabi estrutura seu modelo metafísico. Destaca-se a reflexão sobre o primeiro existente, explorando suas semelhanças com o neoplatonismo. O debate concentra-se em como esse existente é inteligido por si mesmo, no motivo de sua autossuficiência e na razão pela qual é compreendido como a primeira causa una.

Palavras-chave: Al-Farabi; metafísica; primeiro existente; uno; causa

Orientadora: Meline Costa Sousa

Área de pesquisa: História da filosofia

ENTRE FEDERICI E SYCORAX: POR QUE FALAR, AINDA, DAS BRUXAS?

Lívia Salgado (UFSCar)

O fenômeno da queima de mulheres acusadas de bruxaria em praças públicas parece estar estancado na história, simbolizando o confronto contra a ordem sobrenatural e seus efeitos macabros, mas que, sobretudo, marca os resquícios de um dogmatismo, característico do medieval. À contrapelo dessa versão hegemônica, Silvia Federici a desloca, interpretando a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII como parte de estratégias políticas e relações de poder que moldaram os corpos das mulheres na emergência do capitalismo – processos que continuam a reverberar e a serem “recalibrados” no presente. Cabe, portanto, compreender, na chave de leitura federiciana, como a perseguição às bruxas, a expropriação dos corpos e saberes femininos e a divisão sexual do trabalho contribuíram para a constituição da mulher moderna, bem como para a naturalização de práticas sociais associadas aos atributos biológicos. Nesse sentido, Federici mobiliza a figura shakespeariana Sycorax – a bruxa e mãe marginalizada em *A Tempestade* – como alegoria do trabalho invisibilizado, associado ao feminino e ao “mágico”, que foi historicamente explorado e reprimido. Ao mesmo tempo, a análise da filósofa abre caminhos para imaginar formas de resistência e superação social, propondo a recuperação do “trabalho coletivo”, da solidariedade feminina e de práticas que desafiem as estruturas patriarcais e capitalistas que continuam a disciplinar o corpo e a subjetividade das mulheres.

Palavras-chave: Caça às bruxas; mulher moderna; patriarcado; Federici.

Orientadora: Débora Cristina Morato Pinto

Área de pesquisa: Filosofia política

EMOÇÕES RACIALIZADAS: A NEUROSE OBSESSIVA EM FRANTZ FANON À LUZ DA
TEORIA DOS ARRANJOS AFETIVOS DE JAN SLABY

Luana Silva Paulo (UFLA)

O artigo possui como objetivo compreender o conceito de “neurose obsessiva” do autor Frantz Fanon a partir da teoria dos arranjos afetivos de Jan Slaby. Fanon, na obra “Pele negra, Máscaras Brancas”, apresenta sua crítica sobre a construção identitária do negro, haja vista o processo vicioso de autocensura e autocorreção, que objetiva a busca por aceitação diante do branco. O autor descreve um ciclo de “neurose obsessiva”, no qual se repete a internalização do sentimento de inferioridade, seguido pela rejeição e finalizando com a busca por adequação social. Nesse sentido, para o respectivo autor, esse padrão de repetições de emoções não seria proveniente da formação psíquica individual, ao contrário disso, seria fruto das discriminações raciais oriundas do período colonial. Não obstante, a teoria de Slaby, se baseia na ideia de que as manifestações comportamentais são frutos da dinâmica de troca do sujeito com o ambiente externo, o que por vezes ocasiona a incorporação de narrativas preconceituosas, a partir do processo da invasão mental. A ocorrência da invasão mental, para Slaby, aponta para a interferência na formação ideológica, ocasionada pelas narrativas construídas em arranjos sociais, que se reproduzem de forma habitual e alienada, ocasionando alienações psíquicas, devido ao ciclo de reprodução e incorporação de estigmas sociais deturpados. Assim, a neurose obsessiva pode ser explicada a partir da teoria dos arranjos afetivos, como uma emoção socialmente construída, estruturada pelo padrão de exploração e opressão racial, gerando a alienação identitária devido à busca incessante pela aceitação social. A compreensão do conceito de neurose obsessiva de Fanon, por meio da teoria dos arranjos afetivos de Slaby, é essencial para o campo dos estudos filosóficos, pois demonstra a complexidade da formação das emoções racializadas, se tornando uma ferramenta crítica sobre esse ciclo que se estende para além dos indivíduos, contaminando toda a massa identitária.

Palavras-chave: Colonialismo; racismo; emoções; neurose obsessiva; invasão mental

Orientador: Marcelo Sevaybricker Moreira

Área de pesquisa: História da filosofia

A DINÂMICA DO PODER EM FOUCAULT: PODER, SUJEITO E LIBERDADE

Lucas Henrique de Figueiredo (UFLA)

O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento que instrumentaliza a “caixa de ferramentas” de Michel Foucault para traçar um diagnóstico crítico do presente. A análise aqui proposta assume a filosofia como uma caixa de ferramentas, ou seja, como um arsenal conceitual e metodológico que, enquanto instrumento de investigação, permite diagnosticar e interrogar a racionalidade das práticas de saber e poder que nos produzem como sujeitos históricos do presente. A partir disso, busca-se abrir espaço para a invenção de novos modos de vida e para a produção de linhas de re(existência). Neste sentido, o pensamento foucaultiano emerge como bússola crítica, conduzindo-nos pelos intrincados caminhos da relação entre poder, liberdade e sujeito. Aqui, a compreensão das relações de poder contemporâneas, torna-se um gesto ético e político para a produção de subjetividades potentes. Esta investigação será orientada pelos cursos ministrados no Collège de France na década de 1970, especialmente *Em Defesa da Sociedade* (1975–1976), período em que Foucault sistematiza sua prática analítica do poder, rompendo com o modelo tradicional de análise e compreensão do poder. Contra a imagem do poder como uma unidade, localizada no centro, e essencialmente repressiva, ele o pensa como rede capilar, difusa e produtiva, uma teia de relações que produz saberes, normas e subjetividades. Nesse quadro, evidencia-se que poder e liberdade não são polos antagônicos, mas dimensões ontologicamente imbricadas. Para Foucault, o poder só existe onde há liberdade, e a liberdade só se manifesta na medida em que se exerce dentro e através das relações de poder. Deste modo, a liberdade não é mera reação, mas potência criadora, ética e estética, pela qual se produz novos modos de existência. É nesse jogo agonístico entre poder e liberdade que se produz o sujeito, entendido não como essência eterna e imutável, mas como ponto móvel, atravessado por normas e práticas, sempre inacabado e em devir, simultaneamente efeito de poder e instância de resistência.

Palavras-chave: Poder; liberdade; sujeito; resistência; Foucault.

Orientador: Alexandre Filordi de Carvalho

Área de pesquisa: Filosofia política contemporânea francesa

O VOO DE ÍCARO E O NARCISISMO EM FREUD: DA ONIPOTÊNCIA À QUEDA

Manoela Apolinário Barbosa (UFLA)

Este texto propõe uma leitura do mito de Ícaro à luz da teoria freudiana do narcisismo, explorando a relação entre a ilusão de onipotência e a vulnerabilidade do Eu. A narrativa mítica, em que o jovem ignora as advertências paternas e ao aproximar-se do sol, vê suas asas desfeitas pelo calor, serve como metáfora da ambivalência constitutiva do narcisismo descrito por Freud. A ascensão de Ícaro é interpretada como expressão da megalomania narcísica e da regressão ao narcisismo primário, em que a libido está inteiramente voltada ao Eu, sustentando fantasias de autossuficiência e grandeza. Sua queda, por outro lado, evidencia o caráter ilusório dessa experiência, revelando a fragilidade do Eu quando desprovido dos limites impostos pela realidade. Ao articular o mito com a concepção freudiana de narcisismo primário e secundário, bem como com a noção de ideal do Eu e Supereu, o estudo mostra como a história de Ícaro ilustra a tensão entre a necessidade de um núcleo narcísico para a coesão do Eu e o risco inerente ao excesso de investimento libidinal em si mesmo. A advertência de Dédalo é analisada como a voz reguladora do ideal do Eu, que busca conter a grandiosidade narcísica, função que, ao ser recusada, precipita o sujeito em sua própria ruína. A análise permite concluir que o mito de Ícaro, longe de ser apenas uma narrativa de transgressão, constitui uma representação simbólica da condição humana: a eterna oscilação entre o fascínio pela grandeza e a inevitabilidade da queda. Ao aproximar mito e psicanálise, o texto evidencia que a cultura oferece imagens privilegiadas para compreender a dinâmica psíquica do narcisismo e suas consequências universais.

Palavras-chaves: Ícaro; narcisismo; onipotência; mito grego; psicanálise

Orientadora: Léa Siqueira

Área de pesquisa: Filosofia e psicanálise

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE FILOSOFIA: O RACISMO COMO PROBLEMA FILOSÓFICO E A DESOBDIÊNCIA EPISTÊMICA COMO HORIZONTE PEDAGÓGICO

Marinês Barbosa de Oliveira (CEFET-MG/UFABC)

Esta comunicação apresenta reflexões parciais de uma pesquisa de Doutorado em andamento, que investiga os impactos filosófico-pedagógicos da Lei 10.639/2003 no Ensino de Filosofia. O ensino de Filosofia é aqui compreendido como um campo de pesquisa e produção de conhecimento, voltado à análise crítica da prática pedagógica de ensinar filosofia, e não apenas como atividade instrumental ou aplicação de teorias já consolidadas. Nesse sentido, trata-se de uma área que elabora conceitos, problematiza métodos e formula horizontes formativos próprios, assumindo a docência como questão filosófica e pedagógica. A investigação parte do entendimento de que o racismo não é apenas uma questão sociológica ou moral, mas estrutura concepções modernas de humanidade, razão e conhecimento, configurando-se como um dos principais desafios teóricos e pedagógicos para a Filosofia contemporânea. A pesquisa reconhece a desobediência epistêmica como princípio fundamental para contestar a colonialidade do saber, que moldou o currículo e o cânone filosófico, legitimando apenas determinados sujeitos e epistemes. Desobedecer epistemicamente implica, assim, romper com tais hierarquias e valorizar filosofias produzidas por povos e grupos historicamente marginalizados — africanos, afrodiáspóricos, indígenas, feministas, LGBTQIA+, entre outros. Propõe-se, dessa forma, uma metodologia decolonial para o ensino de Filosofia, que ultrapassa a mera inserção de novos autores e promove uma revisão crítica das estruturas que organizam o campo filosófico e os modos de ensinar e aprender. Essa perspectiva enfatiza o caráter político, situado e relacional do conhecimento, articulando crítica à colonialidade, valorização das epistemologias do Sul e fortalecimento de identidades e subjetividades marginalizadas no espaço escolar. Ao analisar os impactos da Lei 10.639/2003 na reconfiguração curricular, a pesquisa problematiza práticas pedagógicas que tratam o racismo como questão filosófica que fratura o próprio conceito de humanidade. Nesse processo, emergem resistências institucionais e epistemológicas, bem como dificuldades docentes na implementação de

propostas pedagógicas alinhadas à descolonização do pensamento. Assim, enfatiza-se a desobediência epistêmica como eixo central do Ensino de Filosofia, orientando práticas comprometidas com a justiça social, a pluralidade e a dignidade humana em sua diversidade.

Palavras-chave: Ensino de filosofia; racismo epistêmico; Lei 10.639/03

Orientadora: Patrícia Del Nero Velasco

Área de pesquisa: Ensino de filosofia

UMA RESSIGNIFICAÇÃO DO TDAH A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DA FENOMENOLOGIA E DA COGNIÇÃO SITUADA

Mônica Aparecida Vieira de Paula (UFLA)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é tradicionalmente investigado pela psiquiatria e ciências médicas. Em vista disso, o presente trabalho tem como propósito aprofundar a compreensão do TDAH por meio de uma abordagem fenomenológica e da cognição situada. À partir de Barkley (1997, 2008) e Brown (2007) será apresentado o modelo médico psiquiátrico que caracteriza o transtorno como resultado de disfunções neurobiológicas e químicas que o comprometem as funções executivas e o processamento de neurotransmissores como dopamina e noradrenalina. Porém, mesmo que tais modelos ofereçam contribuições imprescindivelmente relevantes, eles ainda permanecem restritivos por seu viés neurocentrista, isto é, reduzem a mente a processos cerebrais e desconsiderar a dimensão afetiva e ambiental dos indivíduos. Com o intuito de ressignificar a forma como o TDAH é compreendido, propõe-se superar as perspectivas cognitivistas amplamente aceitas como as de Barkley e Brown. Para isso, serão utilizados autores contemporâneos como, por exemplo, Lefebvre (2021) que ao introduzir a ritmanálise, mostra como o corpo e a vida social se estruturam por ritmos, sendo que suas desarmonias podem provocar desajustes existenciais. Maiese (2012) que trabalha com o conceito de “enquadramento afetivo”, sugere que o TDAH se relaciona a falhas de sintonia entre corpo, emoções e ambiente. E por fim Nielsen (2017), que entende o transtorno como uma experiência de assincronia temporal e rítmica em relação ao meio. Em resumo, essa articulação teórica intenciona pensar o TDAH como uma alteração na temporalidade, nos ritmos corporais e na sintonia com o meio social e explorar o TDAH como uma disfunção rítmica e comportamental, propondo um quadro conceitual integrado entre cognição situada e fenomenologia cuja proposta é oferecer novas interpretações e alternativas ao paradigma médico, contribuindo para ampliar a compreensão filosófica e afetiva do transtorno.

Palavras Chave: TDAH; fenomenologia; cognição situada; mente enativa; ritmanálise

Orientador: Felipe Nogueira de Carvalho

Área de pesquisa: Filosofia contemporânea